

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

Relatório socioambiental referente ao Plano de Logística Sustentável (PLS), constando o desempenho do ano de 2017, a estratégia e a gestão da Seção Judiciária de São Paulo.

Sumário

I.	INTRODUÇÃO:	2
II.	METODOLOGIA.....	3
A.	COPOS DESCARTÁVEIS:	4
B.	ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS PLÁSTICAS	4
C.	IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS	5
D.	PAPEL.....	7
E.	TELEFONIA.....	7
F.	ENERGIA ELÉTRICA	9
G.	ÁGUA E ESGOTO.....	10
H.	GESTÃO DE RESÍDUOS.....	12
I.	REFORMAS	14
J.	LIMPEZA	14
K.	VIGILÂNCIA	16
L.	VEÍCULOS.....	16
M.	COMBUSTÍVEL	17
N.	QUALIDADE DE VIDA	18
O.	CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	20

I. INTRODUÇÃO:

Trata-se de análise das ações voltadas para cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 3ª Região (PLS-JF3R), com dados atualizados refletindo os resultados obtidos no ano de 2017.

Atendendo aos termos da Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, o PLS-JF3R foi instituído pela Resolução PRES nº 45, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de 09 de setembro de 2016, objetivando sistematizar as práticas de sustentabilidade, com previsão de metas e planos de ação voltados ao incremento de alguns indicadores (qualidade de vida no ambiente de trabalho e capacitação de servidores em educação socioambiental) e ao consumo e/ou utilização consciente dos seguintes itens: papel; copos descartáveis; água envasada; impressão de documentos e equipamentos instalados; telefonia; energia elétrica; água e esgoto; telefonia; vigilância; limpeza e conservação; combustível; veículos; reformas.

É importante observar que esse acompanhamento ocorre a partir de 2016 e que anteriormente não havia observância do tema. Assim, alguns dados poderão apresentar inconsistências pontuais em relação ao Relatório de 2016 sendo corrigidos neste relatório e na primeira revisão anual do PLS-JF3R em vias de ser publicada. A partir do PLS-JF3R houve a implantação de ações voltadas à conscientização e sensibilização de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados para o uso racional de água, copos descartáveis, energia elétrica, papel e material de expediente entre outros.

Busca-se, portanto, ano a ano, o aprimoramento das ações e o estabelecimento de metas concretas destinadas a racionalizar o uso dos recursos e reduzir os desperdícios de forma a fortalecer as práticas de sustentabilidade na Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo.

Da análise evolutiva dos dados desta Seção Judiciária observamos resultados positivos quanto às ações voltadas ao cumprimento das metas estabelecidas, assim como o cumprimento da grande maioria delas no ano de 2017.

Entretanto temos um longo caminho a percorrer, sendo de suma importância o acompanhamento e análise sistemática dos indicadores e metas, assim como o monitoramento do cumprimento das ações, de forma a vislumbrar as conquistas e os pontos a melhorar, o que demandará o engajamento de todos os magistrados, servidores, estagiários e terceirizados desta Justiça Federal.

II. METODOLOGIA

Números estabelecidos como linha de base do indicador no PLS-JF3R referentes ao ano de 2015 e sua comparação com dados informados pelas áreas ano a ano, sendo neste Relatório analisados os resultados de 2017 em comparação a 2016.

No exame de cada indicador consta breve análise dos resultados obtidos e eventuais justificativas para o não alcance das metas estabelecidas no ano de 2017, seguido de comentário sobre eventuais ações realizadas e/ou propostas.

A. COPOS DESCARTÁVEIS:

Acompanhamento da geração de resíduos oriundos do consumo de copos descartáveis, de plásticos ou outros materiais.

META: Reduzir o consumo de copos 200 ml e extinguir o consumo de copos de 50 ml

Resultados e análise de desempenho

Ano	Copos de 200 ml (centos)	Gasto copos de 200 ml	Copos de 50 ml (centos)	Gasto copos de 50ml
2015	47.335	R\$ 83.543,01	6.256	R\$ 5.282,41
2016	44.632,5	R\$ 86.698,70	5.464	R\$ 4.625,15
2017	33.779	R\$ 66.138,93	4.381	R\$ 3.732,47
Meta	-5%	-5%	-10%	-10%
Resultado	-24,3%	-23,7%	-19,8%	-19,3%

Para este indicador a meta está cumprida.

Ações implementadas:

Campanha de conscientização de servidores quanto à utilização de apenas um copo descartável durante o dia ou substituição de seu uso por canecas e copos de vidro. As campanhas de divulgação de dicas para redução de energia, água e materiais nas edições do informativo “Em Tempo” são de ação contínua uma vez que são divulgadas quase todas as semanas no referido informativo.

Afixação de etiquetas de sensibilização nos bebedouros e porta-copos.

Campanha disponibilizada em mídia indoor (mural eletrônico na Administração Central).

Novas ações ou ações a serem implementadas:

Intensificação de campanhas de divulgação e conscientização junto aos servidores e usuários das instalações dos prédios da Justiça;

Disponibilização de copos de vidro aos servidores da Seção Judiciária de São Paulo de forma a substituir a utilização de copos de plástico.

Esta Justiça dispõe de estoque de copos de vidro em quantidade suficiente para dar início a uma substituição gradativa de copos descartáveis por copos de vidro.

B. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS PLÁSTICAS

Acompanhamento da geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis e retornáveis.

META: Extinguir o fornecimento das garrafas de 510 ml e 1,5 l e reduzir o consumo de água em galão de 20l

Resultados e análise de desempenho

Ano	Galão (20l)	Gasto Galão (20l)	Garrafas 510 ml e 1,5 l	Gasto Garrafas 510 ml e 1,5 l
2015	45.019	Não medido	26.007	Não medido
2016	52.691	R\$ 368.837,00	29.889	R\$ 52.726,62
2017	48.471	R\$ 466.010,54	8.158	R\$ 14.257,11
Meta	65.000 (estimativa)		-20%	
Resultado			-72,7%	

Para este indicador a meta está cumprida.

OBS.

Não foi prevista meta de redução do consumo de água em galão para o ano de 2017, apenas estabelecida uma estimativa ficando o resultado final bem abaixo do valor estimado.

Ações implementadas:

Utilização de jarras de água em reuniões.

A partir do mês de abril/2017 não há mais água em embalagens descartáveis por conta das novas contratações de forma que o consumo de garrafas de 510 ml e 1,5 l desde então foi zero.

Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:

Tratando-se de item essencial ao consumo humano a redução de garrafões depende de soluções alternativas tais como estudo sobre viabilidade de instalação de bebedouros (adaptação das instalações hidráulicas) bem como estudos dos custos com instalação, manutenção e aquisição de elementos filtrantes.

Ademais, está previsto o retorno do programa de estágio nesta Seção Judiciária o que tenderá a aumentar o consumo de água pela maior circulação de pessoas nos fóruns.

C. IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS

Acompanhamento para verificar maior eficiência na gestão de impressões (aquisições de equipamentos e suprimentos ou outsourcing), tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos.

META: Reduzir em 5% ao ano o gasto com impressões e suprimentos

Resultados e análise de desempenho

Ano	Quantidade de impressões	Quantidade de equipamentos de impressões	Gastos com suprimentos (toner)	Gastos com contratos de terceirização
2015	26.228.500	1.541	R\$ 694.380,00	R\$ 613.494,11
2016	10.831.888	588	R\$ 642.030,05	R\$ 1.312.689,39
2017	12.323.104	592	R\$ 484.652,12	R\$ 1.473.567,58
Meta	-5%	-5%	-5%	-5%
Resultado	+13,76%	+0,68%	-24,51%	+12,25%

OBS.

A meta de redução de impressões não pôde ser cumprida por fator externo ao próprio contrato de terceirização de impressão. Esta SJSP possui equipamentos próprios de impressão para os quais não há contrato de manutenção. Desta forma, a produção de impressões tem migrado gradativamente para o contrato terceirizado à medida que os equipamentos próprios param de funcionar.

O valor de quantidade de impressões refere-se aos equipamentos locados do órgão.

Já o aumento no gasto com contratos de terceirização deveu-se a repactuações ocorridas em dezembro de 2016 e abril de 2017 com as empresas contratadas por esta Justiça.

Ações implementadas:

Campanha de conscientização de servidores para imprimir o que for absolutamente necessário e, quando possível, utilizar os dois lados do papel configurando a impressora para o padrão “rascunho”. As campanhas de divulgação de dicas para redução de energia, água e materiais nas edições do informativo “Em Tempo” são de ação contínua uma vez que são divulgadas quase todas as semanas no referido informativo.

Afixação de cartazes nos fóruns e campanha em mídia indoor (mural eletrônico na Administração Central).

Ações em andamento:

Tramitação de processo (SEI nº 0052855-28.2016.4.03.8001) que definiu a melhor solução para impressão de documentos nesta SJSP, qual seja o outsourcing de impressão, que, do ponto de vista da gestão administrativa, proporciona um alto grau de escalabilidade, rastreabilidade de utilização com a bilhetagem por centro de custos. Dessa forma, será proposta contratação para o segundo semestre de 2018 para terceirização dos serviços de impressão, incluindo o fornecimento de papel, seguindo modelo de contratação já implementado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

D. PAPEL

Acompanhamento para verificar o consumo geral de papel em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução nº 185/2013) e da implantação do processo administrativo eletrônico.

META: Reduzir 10% ao ano o consumo e o gasto com papel branco

Resultados e análise de desempenho

Ano	Nº de resmas	Gasto papel branco
2015	57.156	R\$ 494.696,56
2016	53.938	R\$ 489.907,38
2017	43.381	R\$ 416.953,67
Meta	-10%	-10%
Resultado	-19,57%	-14,89%

Para este indicador a meta está cumprida.

Ações implementadas:

Considerações inseridas no indicador “Impressão”.

Ações em andamento:

Considerações inseridas no indicador “Impressão”.

E. TELEFONIA

Acompanhamento para verificar o consumo e gasto com serviços de telefonia, tendo em vista outros mecanismos de comunicação com a mesma funcionalidade e menores gastos (VoIP, email, aplicativos gratuitos de comunicação). São considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

META: Diminuir gastos com contratos de telefonias fixa e móvel

Resultados e análise de desempenho

Ano	Telefonia fixa	Telefonia móvel
2015	R\$ 576.364,34	R\$ 423.601,98
2016	R\$ 314.515,20	R\$ 1.260.847,79
2017	R\$ 190.502,91	R\$ 581.406,10
Meta	R\$ 500.000,00 (gasto estimado)	R\$ 711.532,80 (gasto estimado)

Meta cumprida para este indicador.

OBS.

Para o ano de 2017 não foi estabelecido percentual de redução em relação ao ano anterior, apenas uma estimativa de gastos na telefonia fixa e móvel no qual o resultado final mostrou-se bem abaixo dos valores estimados.

Ações implementadas:

Redução do quantitativo de tráfego a partir de 01 de maio de 2016 em todos os contratos de telefonia fixa, melhor adequando-os à realidade do órgão e diminuindo seus valores no limite legal de 25%.

Alteração do modelo de contratação de telefonia móvel igualando os tipos de aparelhos a serem fornecidos para magistrados, plantões e administrativo dos fóruns, ao contrário do que ocorria anteriormente quando os aparelhos eram diferentes para os magistrados.

Na nova contratação também foi previsto um número menor de aparelhos em comodato de forma que esse número seja mais adequado ao número de usuários.

Foi previsto também o fornecimento de 50 (cinquenta) linhas sem aparelhos em comodato para que os Juizados Especiais Federais utilizem para fazer intimações via mensageiros instantâneos como o Whatsapp.

Nova licitação do serviço de manutenção de centrais telefônicas, agora prevendo manutenções preventivas semestrais e não mais mensais como no contrato anterior.

As centrais telefônicas dos prédios da Justiça Federal que estão nas cidades de São Paulo, Barueri e Sorocaba foram interligadas via VoIP, de modo que não há custos para ligações realizadas entre esses prédios.

Orientação aos Administrativos dos Fóruns para, na medida do possível, reduzir e/ou deixar de aumentar o número de ramais (como não há cobrança adicional para a disponibilização de ramais de contratos de DDR, a redução traria pouco impacto pra a diminuição da despesa, apenas o custo dos aparelhos telefônicos. |

Ações a serem implementadas:

Nova licitação de atualização das centrais telefônicas está em andamento.

Foi realizado registro de preços para o serviço de STFC-DDR (Serviço Telefônico Fixo Comutado) para todas as subseções judiciárias e, aquelas que estiverem com seus contratos atuais com valores de tarifas acima dos valores licitados, serão trocados por contratos originados dessa ata de registro de preços.

Realização de estudos para definir e verificar se há meios de padronização de objetos em comum, visando à realização de licitações compartilhadas abrangendo a 3ª Região para futuras contratações conjuntas.

F. ENERGIA ELÉTRICA

Acompanhamento para verificar o consumo e gasto com energia elétrica, com possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a concessionária de energia, visando a maior eficiência do gasto. São considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

META: Reduzir o consumo de energia elétrica e seu respectivo gasto

Resultados e análise de desempenho

Ano	Energia Elétrica (KWh)	Energia Elétrica (R\$)
2015	16.352.026	R\$ 9.486.578,33
2016	13.799.821	R\$ 8.113.860,84
2017	12.532.280	R\$ 7.125.599,09
Meta	-5%	-5%
Resultado	-9,18%	-12,17%

Meta cumprida para este indicador.

OBS.

Todos os contratos de demanda em média tensão (A4) firmados com as concessionárias de energia elétrica possuem tarifa horo-sazonal verde (THS verde).

Ações implementadas:

Realização de campanhas de conscientização para economia de energia, com divulgação de dicas (utilize as escadas para subir 1 ou descer 2 andares, utilização de equipamentos elétricos de forma segura e eficiente, etc) nas edições do informativo “Em Tempo”.

Afixação de cartazes nas escadarias dos fóruns e campanha em mídia indoor (mural eletrônico na Administração Central).

Identificação/orientação de retirada de lâmpadas de hall e corredores, desde que sem prejuízo da luminosidade.

Intensificação de orientação no sentido de desligar luzes das salas desocupadas.

Orientação aos vigilantes do turno noturno a desligarem equipamentos eletrônicos e lâmpadas que eventualmente ficarem ligados.

Lançamento e monitoramento diários do consumo de energia (leitura e registro de gasto de kwh). A medição/leitura está prevista no contrato de manutenção predial.

Realização de vistorias periódicas da instalação elétrica, observando a conservação e limpeza dos componentes (chaves-faca, garras sem pressão, aperto dos terminais de

ligação de tomadas, etc.) substituindo peças defeituosas ou em más condições e checando o funcionamento dos circuitos.

Orientação aos servidores e magistrados a: desligar o microcomputador quando se ausentar por mais de meia; o monitor, quando a ausência for superior a 15 minutos; desligar o computador e todos os periféricos da tomada quando não estiverem em uso.

Desligar, no mínimo, um elevador nos fóruns atendidos por mais de um desse tipo de equipamento (essa ação foi implementada por meio da Ordem de Serviço DFOR nº 4/2016, posteriormente revogada pela O.S DFOR nº 07/2016, porém, alguns prédios desta Seccional mantém essa ação).

Atualmente o horário de funcionamento dos prédios desta Seção Judiciária vai das 08:50 hs até 20:00 hs (Ordem de Serviço DFOR nº 07/2016).

Foram instaladas lâmpadas LED na Subseção Judiciária de Campinas, em parceria com a concessionária da região. Analisando o histórico de consumo do 1º semestre de 2016/2017, houve uma redução de 29% do consumo total de energia elétrica.

Ações em andamento

Dos 53 (cinquenta e três) prédios da Seção Judiciária de São Paulo, foram instalados os sensores de presença, até 31/08/17, em 12 prédios. Seis prédios não necessitam de sensor, e nos demais está em andamento o estudo para instalação.

Foram adquiridas lâmpadas LED para instalação nos prédios próprios da SJSP. Já foram efetuadas as substituições das lâmpadas fluorescentes pelas lâmpadas LED, no total de 14.553 em 08 (oito) subseções judiciárias do interior e litoral, restando ainda 07 (sete) prédios do interior, litoral, capital e grande São Paulo, com previsão de instalação até março de 2018.

Estão previstas modernizações nos elevadores de diversos prédios desta Seccional. E na mesma linha alguns prédios terão o seu sistema de climatização modernizado. Essas ações preveem uma economia estimada em 5% a 8%.

G. ÁGUA E ESGOTO

Acompanhamento para verificar o monitoramento do consumo e gasto com água para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade. São considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

META: Reduzir em 2%, até dezembro de 2017, o consumo e o gasto com água

Resultados e análise de desempenho

Ano	Água e Esgoto (m ³)	Água e Esgoto (R\$)
2015	84.200	R\$ 1.818.615,42
2016	76.099	R\$ 2.007.249,78
2017	67.483	R\$ 1.955.215,76
Meta	-2%	-2%
Resultado	-11,32%	-2,59%

Meta cumprida para este indicador.

Ações implementadas:

Orientações aos funcionários terceirizados, em especial a equipe de limpeza, sobre a necessidade de economizar água (ação contínua).

Garantia de observância do nível dos reservatórios durante a limpeza, a fim de evitar desperdício (ação contínua).

Levantamento da existência nas Subseções de controladores de vazão nas torneiras econômicas cuja pressão seja demasiadamente alta.

Instalação de controladores de vazão nas torneiras econômicas cuja pressão seja demasiadamente alta na maioria dos prédios da Seccional.

Instalação de controladores de vazão nas torneiras econômicas (tempo ideal em torno de 3 segundos).

Levantamento a fim de verificar se o registro gaveta dos banheiros está possibilitando somente a passagem mínima de água necessária ao funcionamento das torneiras e válvulas de descarga, se o tempo de descarga das válvulas hidra/deca está regulado e se a vazão de descarga das caixas acopladas está regulada para uso do volume mínimo.

Levantamento da existência de rotinas de manutenção preventiva para evitar vazamentos em torneiras, válvulas de descarga, caixas acopladas, sistemas de hidrantes e combate à incêndio, etc (ação contínua).

Implementar rotina de manutenção preventiva para evitar vazamentos em torneiras, válvulas de descarga, caixas acopladas, sistemas de hidrantes e combate a incêndio, etc (ação contínua).

Verificação da necessidade de trocar os arejadores das torneiras econômicas.

Lançamento e monitoramento diários do consumo de água (leitura e registro de gasto de m³) (ação contínua).

Captação e utilização de água de chuva e instalação de sistemas de reuso de água, como caixas d'água no subsolo para captar o excedente das torneiras. Alguns prédios já

implementaram essa ação, porém, a maioria deles não dispõe da infraestrutura necessária para realização: adaptação de caixa coletora, rede de dutos para o transporte até o reservatório de água pluvial.

Ações a serem implementadas

Projetos de novas edificações com reaproveitamento de águas pluviais e águas servidas. Depende de estudo técnico da área de infraestrutura da Seção Judiciária e disponibilidade orçamentária.

Instalação de torneiras de pressão automáticas para economia de água potável nos prédios próprios da Seção Judiciária.

Instalação de vasos sanitários e caixas de descarga com vazão de 3 (três) e 6 (seis) litros para economia nas descargas. Depende de estudo técnico da área de infraestrutura da Seção Judiciária e disponibilidade orçamentária.

H. GESTÃO DE RESÍDUOS

Acompanhamento para verificar a geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes, como a Lei nº 12.305/2012, Decreto Federal nº 5.940/2006, Decreto Federal nº 7.404/2010, ABNT, NBR 10.004/2004, Resolução ANVISA nº 358/2005, entre outras.

O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta.

META: Aumentar a destinação de resíduos para reciclagem

Resultados e análise de desempenho

INDICADOR	2015	2016	2017
9.1 DPA – Destinação de papel	52.729,3 kg	32.429,00 kg	158.443,53 kg
9.5 Cge – Coleta geral		10.071 kg	5.370 kg
9.7. DRI – Destinação de resíduos de informática		3.759,55 kg	0
9.8. DSİ – Destinação de suprimentos de impressão		550 toners	2.530 toners
9.9. DPB – Destinação de pilhas e baterias		0	616
9.10 DLP – Destinação de lâmpadas	6.073 unid.	14.950 unid.	10.391
9.11. DRS – Destinação de resíduos de saúde		48 kg	48 kg
9.12 DOB – Destinação de resíduos de obras e reformas		329 m3	OBS.

OBS.

Indicador 9.12: os resíduos de obras são retirados pelas contratadas. Trata-se de uma obrigação contratual o descarte dos resíduos de maneira adequada, e, portanto, não realizamos o descarte nem a medição do volume descartado.

Indicadores 9.1 e 9.5 referem-se somente ao descarte realizado nos fóruns da capital.

Não há separação e mensuração individualizada de plásticos, metais e vidros.

No que tange às subseções do interior não existe padrão para a forma de descarte sendo certo que algumas subseções não realizam a coleta e respectiva destinação em suas regiões, e outras simplesmente encaminham para a coleta seletiva do município sem mensuração do material acumulado. Em consulta realizada às 43 (quarenta e três) subseções do interior, 34 (trinta e quatro) delas responderam, e dessas, somente 12 (doze) possuem acordo com cooperativa de catadores. O assunto requer atenção e tratamento específico.

O Termo de Cooperação com a cooperativa de catadores de lixo da capital expirou em dez/2016, porém, foi finalizada a nova licitação e assinado o novo Acordo de Cooperação Mútua em julho/2017 (Processo nº 0055387-72.2016.4.03.8001).

No que tange à reciclagem de resíduos eletroeletrônicos foi publicado em agosto/2017 edital para seleção de nova cooperativa de catadores para a coleta, descontaminação e processamento para reciclagem destes materiais descartados pela Administração e Varas Judiciárias ainda em andamento (Processo nº 0008820-46.2017.4.03.8001). Por esse motivo o descarte realizado na Seção Judiciária em 2017 foi zero.

Com exceção do papel e lâmpadas, os demais resíduos não possuíam destinação/mensuração em separado.

Os valores referentes ao indicador 9.9 dizem respeito à destinação de baterias de *no break*. Não há política de descarte de pilhas nesta Seção Judiciária.

O descarte e a destinação correta e sustentável das lâmpadas e baterias de *no break* na SJSP está previsto nos contratos de manutenção predial e de *no break*, onde existe cláusula referente à obrigação da contratada ao descarte adequado, ficando, portanto, sob responsabilidade das empresas contratadas.

Ações implementadas:

Orientação para o correto descarte dos resíduos.

Treinamento aos colaboradores da equipe de limpeza, para a adequada coleta e destinação dos resíduos.

Ações a serem implementadas:

Manutenção das ações e implementação de treinamento periódico junto aos colaboradores envolvidos na atividade.

Estabelecer rotinas para pesagem/ mensuração dos resíduos destinados à reciclagem, antes e depois de deixarem a JFPG-SP.

I. REFORMAS

Acompanhamento para verificar os gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e priorização do atendimento à Resolução CNJ nº 114/2010. São consideradas neste tema as obras de pequeno porte, ou seja, reformas e alterações de layout (mobiliários e divisórias). Não serão considerados os gastos com construção de novos edifícios.

META: Reduzir valores gastos nas reformas das unidades

Resultados e análise de desempenho

Ano	Reformas / Layout (R\$)
2015	R\$ 6.690.739,99
2016	R\$ 9.203.243,33
2017	R\$ 7.283.174,63
Meta	-

OBS.

Não haverá redução, pois o PPA, que compreende o período de 2016 a 2019, já engloba modernizações nas instalações, inclusive quanto à acessibilidade, o que representa necessidade de investimento. Deste modo, a partir do próximo PPA poderá ser definida meta de redução.

Valor relativo ao gasto com reformas referente ao ano de 2016 retificado pela área responsável pelo indicador em 30/01/2018.

J. LIMPEZA

Acompanhamento para verificar o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

META: Diminuir gasto médio dos contratos de limpeza e conservação.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Limpeza (R\$)
2015	R\$ 19.863.364,92
2016	R\$ 16.713.358,24
2017	R\$ 10.786.508,97
Meta	Manter

Meta cumprida para este indicador

OBS.

Não há um percentual previsto para este indicador (redução) visto que em decorrência dos severos cortes orçamentários ocorridos no exercício de 2016, vários serviços necessários foram cortados ou reduzidos temporariamente, não sendo possível fazer projeção para o período de 2017 a 2020.

Ações implementadas:

Os contratos de limpeza em vigor têm previsão de critérios de sustentabilidade na especificação técnica de materiais e prática de sustentabilidade nas obrigações da contratada, em consonância com o disposto na Resolução 201/2015- CNJ, cartilha A3P e IN 01/2010-MPOG.

Os valores dos contratos foram reduzidos em 2016, em razão de redução de postos, por necessidade imposta pela severa restrição orçamentária atravessada.

Ação em andamento:

Está em análise proposta para implementação dos critérios da IN nº 05/2017 – MPOG (com vigência a partir de setembro/2017), que prevê produtividades referenciais maiores. Contudo, há que se lembrar da recente Convenção Coletiva de Trabalho da categoria que estabeleceu adicional de insalubridade para limpeza dos banheiros, o que elevará o valor de parte dos postos existentes.

Ações a serem implementadas:

Manutenção e aprimoramento da fiscalização.

Estudo de novos caminhos para redução de custo com limpeza.

Com o advento da IN nº 05/2017 MPDG, que revogou a IN nº 02/2008, haverá novo processo licitatório em 2018, onde serão estabelecidos os custos e mão de obra efetivamente necessários à contratação de limpeza para a SJSP.

Reestudo de quantitativo de materiais de higiene fornecidos pelas contratadas.

Reducir periodicidade de limpeza de vidros, de serviços de jardinagem e de serviços esporádicos solicitados e eventualmente pagos (capina, limpeza de vidros e jardinagem).

K. VIGILÂNCIA

Acompanhamento para verificar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade por área, tipo de postos (modelos, horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio (vigilância eletrônica), sem comprometimento dos padrões de segurança.

META: Reduzir o custo individual dos postos contratados

Resultados e análise de desempenho

Ano	Vigilância (R\$)	Postos
2015	R\$ 37.000.665,23	507
2016	R\$ 30.342.750,68	334
2017	R\$ 30.167.082,85	333
Meta	-	

OBS.

Não há um percentual de redução previsto para este indicador visto que em decorrência dos severos cortes orçamentários ocorridos no exercício de 2016, vários serviços necessários foram suprimidos ou reduzidos não sendo possível fazer projeção de redução para o período de 2017 a 2020, o que será reavaliado oportunamente.

Em relação à redução de postos de vigilância não há novas ações a serem apresentadas haja vista que o número de postos já foi objeto de redução, em virtude de redução orçamentária, ao mínimo operacionalmente possível. Com relação ao custo dos postos a última licitação (postos a implantar) alcançou preço por posto inferior ao praticado atualmente, porém, estes valores tendem a ser reajustados por força das repactuações anuais dos contratos, prejudicando assim futuras reduções.

L. VEÍCULOS

Acompanhamento para verificar a gestão da mobilidade no órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos.

META 1: Diminuir quantidade de veículos institucionais

META 2: Diminuir o gasto com manutenção dos veículos institucionais

Resultados e análise de desempenho

Ano	Qtde. de veículos	Gasto médio com manutenção
2015	180	R\$ 74.910,15
2016	121	R\$ 62.342,98

2017	121	R\$ 114.829,75
Meta	-	-

OBS.

Houve redução significativa da frota de 2015 para 2016 devido ao contingenciamento orçamentário.

A definição quanto à possibilidade de redução de mais veículos depende da consecução da ação proposta no Plano de Ação deste indicador.

Quanto ao gasto com manutenção, não foi estipulada meta, tendo em vista as inúmeras variáveis que interferem nos valores gastos com manutenção, como por exemplo, a idade média da frota e sua depreciação. Considerando a manutenção da frota nos dois exercícios (2016/2017) é factível um incremento no gasto com manutenção.

O Plano Anual de Veículos foi aprovado em 14/11/2017 com quantitativo reduzido. Após pregão para aquisição de 9 (nove) veículos, foram adquiridos 3 (três) veículos de carga leve flex-fuel (possibilitam redução tanto do consumo de combustível quanto de emissão de poluentes), 5 (cinco) veículos mistos (tanto para carga e transporte, de modo a viabilizar que a maioria das subseções trabalhe com apenas um veículo) também flex fuel e 1 (um) caminhão a diesel.

Ações a serem implementadas:

Buscar isenção do rodízio municipal de veículos junto à Prefeitura do Município de São Paulo, para toda a frota, visando a redução de 4 (quatro) veículos no Plano Anual de Aquisição. O pleito foi negado em Prefeitura em primeira solicitação, porém, a Diretoria do Foro entrou com novo pleito que está em processo de análise pela PMSP.

M. COMBUSTÍVEL

Acompanhamento para verificar o consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.

META: Diminuir valor gasto com combustível

Resultados e análise de desempenho

Ano	Gasto com combustível	Quantidade de litros de combustível consumidos	Quilometragem total da frota
2015	R\$ 142.764,69	-	474.704
2016	R\$ 131.995,00	40.231,96	291.235
2017	R\$ 124.797,35	37.462,76	291.246
Meta		Manutenção com variação de 15%	Redução

Resultado	- 6,88%
Meta cumprida para este indicador	

OBS.

A meta diz respeito à diminuição da quantidade total de quilômetros rodados, e não ao valor gasto com combustível, vulnerável às variações de preço. Para 2017 optou-se por estabelecer meta de manutenção da média de consumo de combustível do ano anterior com a variação máxima de 15% tendo em vista o envelhecimento da frota.

A quilometragem manteve-se estável com um aumento de 0,0037% em relação a 2016.

No exercício de 2016, por conta das restrições orçamentárias, tivemos uma redução no consumo de combustível em função da redução na concessão de diárias. Esta redução de consumo de combustível manteve-se no 1º semestre de 2017, porém, com o reajuste nos preços dos combustíveis, houve um aumento no valor dispendido para aquisição de combustíveis no 2º semestre de 2017.

Ações a serem implementadas:

Minutar normatização sobre saídas planejadas conjuntamente entre o TRF3 e a SJSP, a fim de otimizar recursos.

N. QUALIDADE DE VIDA

Acompanhamento para verificar o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias, e da quantidade de ações de inclusão, de forma a estimulá-las para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

META: Aumentar anualmente, o número de servidores participantes em ações de qualidade de vida no trabalho, em ações solidárias e de inclusão social.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Participações em ações de Qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida	Participações em ações solidárias	Quantidade de ações solidárias	Ações de inclusão
2015	50	Não medido	Não medido	Não medido	Não medido
2016	1.038	4	Não medido	Não medido	Não medido
2017	2138	22	527	4	14
Meta	300	5	100	2	2

Meta cumprida para este indicador.

OBS.

O número de ações de qualidade de vida nos anos de 2016 e 2017 superou em muito as metas estabelecidas nestes anos, sendo certo que, para os próximos anos os eventos que

ocorreram nesses períodos e que elevaram significativamente os números não estão previstos e/ou garantidos para os próximos exercícios.

Houve necessidade de se adequar o plano de ação à nova estrutura organizacional da área responsável pelo indicador de qualidade de vida com mudança no foco das ações.

Ações implementadas:

Acompanhamento das informações de patologias com maior incidência, por meio das informações coletadas pelas empresas prestadoras de serviço de plano de saúde, quando da realização do programa de gerenciamento em saúde dos beneficiários e da sistematização do registro de CID's referentes às licenças médicas de forma a nortear o planejamento de ações futuras no campo da promoção e prevenção em saúde, considerando os dados epidemiológicos coletados.

Realização de dois programas de gerenciamento em saúde dos beneficiários titulares em conjunto com a AMIL e a UNIMED.

Manutenção e ampliação do programa de Educação em Saúde com realização de 22 (vinte e duas) Campanhas de Educação em Saúde nos meses de janeiro a dezembro. Além de campanhas na intranet, os materiais educativos também foram divulgados no informativo “Em Tempo”, mural eletrônico, etc.

Realização de campanha de sensibilização sobre ações de solidariedade/voluntariado disponibilizada na intranet da SJSP.

Campanha de divulgação na intranet da cartilha “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” e inserção do material na área destinada a manuais para consulta.

Realização da campanha “Aprender, Respeitar e Incluir” em maio/2017.

Campanha de sensibilização sobre “Mobilidade Urbana Sustentável” na *intranet*.

Campanha de sensibilização sobre o tema “Promoção do Uso racional de medicamentos” e da campanha de “Descarte de Medicamentos”.

Ações em andamento ou ações a serem implementadas

Realização de palestras sobre o tema qualidade de vida no trabalho e bem-estar para servidores ativos e inativos.

Divulgação de campanhas de sensibilização de ações de solidariedade/voluntariado.

Sistematizar periodicamente as informações relativas à expectativa de vacância de servidores.

Elaboração de materiais educativos sobre o tema qualidade de vida no trabalho e bem-estar.

Orientação referente à assertividade e prevenção de conflitos.

Criação de “arquivo virtual” com materiais referentes à qualidade de vida no trabalho.

Realização de orientação referente à assertividade e prevenção de conflitos.

Implantar programa de preparação para a aposentadoria.

Divulgar (campanha de sensibilização) ações de solidariedade/voluntariado.

Implantar um programa de preparação para aposentadoria.

Realizar orientação para gestores que receberão servidores com deficiência.

Realizar orientação sobre o tema qualidade de vida no trabalho e bem-estar para servidores em teletrabalho.

Divulgar eventos na cidade ou estado de São Paulo que contribuam para a adoção de comportamentos que tragam melhoria da qualidade de vida para a população da JFSP.

O. CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Acompanhamento para verificar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionada ao tema sustentabilidade, de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas.

META: Aumentar a quantidade de ações de educação socioambiental

Resultados e análise de desempenho

Ano	Ações de Capacitação e sensibilização
2015	1
2016	2
2017	0
Meta	5

OBS.

No ano de 2017, em face da necessidade de confirmação das contingências orçamentárias no primeiro semestre e, posteriormente as demais demandas urgentes de capacitação, foram realizados apenas eventos em colaboração com o Tribunal Regional Federal da 3^a Região, a exemplo da Semana Socioambiental (SEI 0012985-42.2017.403.8000).

Ações implementadas:

Participação na Virada Sustentável com palestra e oficina referente à construção de minhocário para compostagem.

Realização do minicurso online “Carta da Terra, a Nossa Casa Comum”, em comemoração ao mês do Meio Ambiente, disponibilizado na plataforma Moodle, obtendo 275 inscrições e 212 servidores concluintes.

Em andamento:

Elaboração de Curso EAD de curta duração com temas comemorativos e outros específicos (em fase de desenvolvimento na plataforma moodle).

Elaboração de questionário sobre sustentabilidade, em parceria com a Comissão Permanente de Gestão Socioambiental da JF3R, visando cumprir as metas do PLS.

Ações a serem implementadas:

Realizar campanha de redução de consumo de insumos naturais (água, energia) e materiais de consumo.

Realizar curso EAD de Gestão Socioambiental de 30 hs.

Realizar workshops temáticos.